Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Electro Aço Altona S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na Rua Engenheiro Paul Werner, 925, Bairro Itoupava Seca em Blumenau – SC, Brasil, e tem como atividade principal e objeto social a: produção, industrialização nos setores de fundição e usinagem, e fornecimento de peças fundidas em aços carbono, ligadas (baixa, média e alta liga) e ferros ligados para aplicações especiais. A Companhia é controlada pela Companhia Werner S/A e controladora da Administradora de Bens Altona S/A, Modelação Kimze Ltda. e Altona Europa (Alemanha). Tem seu capital aberto há mais de 60 anos e é listada na BM&FBOVESPA sob símbolos de negociação EALT3 e EALT4.

A Companhia opera em dois núcleos de peças fornecidas que são tituladas como: a) "repetitivas", quando são feitas em série, constituindo produtos, partes, peças e conjuntos de peças, para as empresas montadoras de equipamentos autopropulsores, ou b) "sob encomenda", quando são feitas sob medida de forma não seriada, sejam isoladas ou como partes de subconjuntos, constituintes de equipamentos completos. Independentemente de serem "repetitivas" ou "sob encomenda", todas as peças são produzidas de acordo com especificações, projetos e normas técnicas de uso internacional e de clientes.

COVID-19

O ano de 2020 foi um período de muitos desafios. Com a disseminação do novo coronavírus – COVID-19 – logo no início de 2020 e após a Organização Mundial de Saúde (OMS) ter declarado o surto como uma "pandemia mundial", as relações sociais e econômicas em todo o globo sofreram mudanças sem precedentes. As incertezas, no que dizem respeito à crise sanitária, transbordaram e invadiram o cenário econômico mundial. Governos e seus bancos centrais apresentaram planos contingentes nunca vistos, na tentativa de amenizar o resultado de tamanho abalo. As empresas, por sua vez, tiveram um curto espaço de tempo para se adaptar e enfrentar esta nova realidade.

Na Electro Aço Altona, não foi diferente. Buscando uma resposta rápida a essa crise, divulgou ao mercado no mês de março de 2020 a criação de um comitê de crise. Composto por seu presidente, diretores e gerentes, frequentemente discutiu estratégias e ações que visaram mitigar riscos sanitários e garantir sua sustentabilidade operacional. Na Companhia foram adotadas medidas conforme as recomendações de órgãos de saúde e autoridades competentes, reiterando o compromisso com a segurança de todos os colaboradores, clientes e demais stakeholders. Os colaboradores pertencentes aos grupos de risco foram afastados sem qualquer prejuízo, na área administrativa foi executado um plano de rodízio de colaboradores em sistema de "home office". Internamente foram adotadas ativamente medidas preventivas de não disseminação do coronavírus (COVID-19) tais como o reforço de protocolos de higiene, propagação de informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos, entre outros.

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Não houve necessidade redução de jornada, nem suspensão de contratos. Desligamentos pontuais foram feitos para adequação, principalmente, da demanda do segundo semestre de 2020. Conforme portarias nº 139 de 2020 e nº 245 de 2020 foram prorrogados os recolhimentos de INSS competência de março, abril e maio de 2020 para o período entre agosto e novembro deste ano, os quais estão sendo devidamente liquidados. Também foram prorrogados os recolhimentos de FGTS dos mesmos períodos, conforme MP 927/2020. Para este último, houve a possibilidade de parcelamento a partir do mês junho de 2020 em até 6 parcelas, sem a incidência de atualização monetária, multa e demais encargos.

Em relação aos contratos de recebíveis firmados com clientes, não foram identificados riscos de perdas adicionais aos valores das provisões para perdas já reconhecidas. No entanto entre os meses de abril a junho, ocorreram renegociações pontuais com alguns clientes, visando a postergação dos prazos de pagamento. Não ocorreram renegociações relevantes em todo o segundo semestre de 2020. Já no terceiro trimestre do mesmo ano, ocorreram sinalizações de que não haveria necessidade da manutenção de cenário de renegociações. A Administração acompanha o tema com muita proximidade e acredita que o nível de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é adequado à condição de risco estimada para os clientes.

Com relação a realização dos estoques e/ou abastecimentos, a Administração não identificou riscos de realização dos mesmos em valor inferior ao seu custo ou variação relevante nas quantidades e valores de compra de matéria prima.

A Companhia não possui contratos de empréstimos com cláusulas restritivas de Covenants. Quanto às dívidas já contraídas, a Administração obteve para o primeiro semestre de 2020 renegociações no fluxo de pagamentos com a Caixa Econômica Federal e Sicoob MaxiCrédito, postergando os vencimentos de contratos em três meses. A Administração não enxergou qualquer restrição à capacidade da Companhia em efetuar a liquidação de suas obrigações nas datas de vencimento. No período foram contratados empréstimos atrelados ao programa do Governo Federal (FGI – Fundo Garantidor de Investimento). Também não houve qualquer restrição à capacidade da Companhia em efetuar os pagamentos de suas obrigações nas datas de vencimento estipuladas. Mantém-se cenário de liquidez e boa posição de caixa – o fluxo de amortização de médio e longo prazo mostra-se adequado.

As adequações internas referentes aos ajustes dos custos fixos internos e as vendas em carteira, permitiram equilíbrio e a manutenção das atividades operacionais e econômicas da empresa durante 2020. A Companhia continua revisando e tomando medidas de contenção de despesas e de investimentos visando sustentabilidade.

2. Sumário das políticas contábeis

2.1 Declaração da administração e base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e que está em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB"*), e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), as quais estão consistentes com as práticas utilizadas pela Administração na sua gestão. Ressaltamos, ainda, que as práticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações contábeis e aquelas necessárias estão sendo divulgadas juntamente com a nota explicativa relacionada.

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração da Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2019.

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas estão expressas em milhares de Reais ("R\$"), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Itens divulgados em outra moeda estão informados quando aplicáveis.

As presentes Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Electro Aço Altona S.A. foram aprovadas pela Diretoria Executiva e posteriormente pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 25 de março de 2021.

2.2 Base de consolidação e investimentos em controladas

As Demonstrações Contábeis consolidadas incluem as Demonstrações Contábeis da Companhia e suas controladas apresentadas abaixo, cuja participação é assim resumida:

		% de Participação	% de Participação
Controlada	País	2020	2019
Administradora de Bens Altona S.A.	Brasil	100%	100%
Modelação Kimze Ltda	Brasil	100%	100%
Altona Europa	Alemanha	100%	100%

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais e de indicar e destituir a maioria dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos/contratos sociais, controla as empresas relacionadas nesta nota explicativa e, portanto, realiza a consolidação integral.

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, o resultado das controladas é reconhecido através do método de equivalência patrimonial.

A consolidação ocorre em conformidade com o estipulado pela Lei nº 6.404/76 e as devidas alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, bem como pelos critérios previstos pelo CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

As Demonstrações Contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.

Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo, entre esses:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação.
- b) Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.
- c) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.
- d) Os ajustes decorrentes das reavaliações patrimoniais serão compensados reflexivamente, conforme CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada, e em Empreendimento Controlado em Conjunto, quando de novas reavaliações a serem realizadas por uma controlada, eliminando assim nos ganhos com as investidas, os saldos contidos no Patrimônio Líquido da Controlada.
- e) Reconhecimento de prejuízos da empresa controlada atribuível à controladora que excedam o valor da participação até o limite do valor do investimento, exceto quando a controladora tem a obrigação ou intenção de cobrir estes prejuízos.

2.3 Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo a variação registrada na demonstração do resultado.

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas periodicamente em um exercício não superior a um ano.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: 7 – Contas a receber de clientes, 13 – Empréstimos concedidos, 19.b – Imposto de renda e contribuição social, 14.a – Provisões para litígios e demandas judiciais e 23 – Instrumentos financeiros.

As práticas contábeis adotadas pela Companhia e por suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis e considerações sobre o uso de estimativas e julgamentos, estão apresentadas nesta seção.

2.5 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia e suas controladas revisam periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram identificados fatores de riscos e, consequentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

2.6 IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O Pronunciamento Contábil CPC 48 – Instrumentos Financeiros exige que a Companhia e suas controladas façam o registro de suas perdas, de créditos ou débitos (contas a receber/empréstimos) em uma base de 12 meses ou por toda a vida operacional da mesma. A Companhia e suas controladas aplicam esta prática através de uma abordagem simplificada e faz o registro destas perdas durante toda a sua vida operacional. Para a avaliação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de seus clientes a Companhia e suas controladas adotaram o mesmo procedimento atualmente utilizado levando em consideração sua área de atuação e a de seus clientes, o histórico de inadimplência de seus clientes e indicadores de crescimento para os próximos anos.

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A alteração no procedimento de gerenciamento do risco de crédito não apresentou impactos significativos ou relevantes nas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas.

No que diz respeito aos passivos financeiros não derivativos (empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar), estes são reconhecidos pelo valor justo e pelos custos que forem atribuídos a operação, após isso a amortização se dá através do custo amortizado e pela apropriação dos juros.

A Companhia e suas controladas avaliam seus ativos não financeiros que estão sujeitos à depreciação ou amortização através de revisões (*impairment*), sempre que há eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável, esta perda é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

2.6.1 Classificação e mensuração dos Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

Controladora e Consolidado

		•		
Λtiv	\sim	ting	ancc	iros
\neg uv	U3	11116	コロして	:II U3

Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	Custo amortizado
Aplicações financeiras (Nota 6)	Custo amortizado
Contas a receber de clientes (Nota 7)	Custo amortizado
Outras contas a receber / Outros ativos	Custo amortizado
Investimento Eletrobrás	Valor justo

Passivos financeiros

Fornecedores (Nota 15)	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	Custo amortizado
Adiantamento de clientes	Custo amortizado
Outros passivos (nota 20)	Custo amortizado

2.6.2 Mensuração subsequente

A mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações contábeis de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

- a. <u>Ativos financeiros ao custo amortizado:</u> são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos e caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal.
- b. Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: quaisquer ativos financeiros que não possam ser classificados como mensurados ao custo amortizado devem ser mensurados e reconhecidos como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros que são detidos para negociação e gerenciados com base no valor justo, também estão incluídos nessa categoria.
- c. <u>Passivos financeiros</u>: a Companhia e suas controladas devem classificar todos os passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, exceto por: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável, (iii) contrato de garantia financeira, (iv) compromissos de conceder empréstimos com taxa de juros abaixo do mercado, (v) a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios, à qual deve ser aplicado o CPC 15.

2.6.3 Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge

Os ativos financeiros derivativos também são reconhecidos pelo valor justo e todos os custos atribuídos a ele, as variações destes derivativos são registradas também pelo valor justo diretamente no resultado, quando aplicável.

2.6.4 Redução ao valor recuperável "modelo de perdas de crédito esperadas"

O IFRS 9/CPC 48 adota modelo de perdas esperadas que faz a avaliação com base mínima de doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro registrando os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros.

A Companhia e suas controladas adotam um modelo ampliado de perdas para seus ativos financeiros, no qual avalia toda a vida do ativo, ou seja, todo o saldo, e reconhece a perda integral dos saldos quando cabível conforme o risco de não recuperação. O prazo de vencimento dos ativos neste modelo é indicativo, contudo, não é único fator considerado para o provisionamento. A Companhia e suas controladas, na avaliação de perda esperadas, consideram também os riscos inerentes ao seu modelo de negócio.

2.7 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

futuro for esperado do seu uso ou venda. O ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e se os valores puderem ser mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas de depreciação e levam em consideração o tempo de vida útil estimada desses bens. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A avaliação do valor recuperável de ativos ("Impairment"), atende às Normas Contábeis Brasileiras (CPC 01) e recomenda que, se houver algum sinal de que o ativo possa ter sido desvalorizado, a organização deverá realizar uma avaliação no final de cada período e se houver indicações deve estimar o valor recuperável do ativo. A Companhia mantém seu parque fabril em constante modernização e renovação, assim avaliou seu ativo e não há sinal de desvalorização, com isso não é necessário constituir provisão de Impairment.

2.8 Empréstimos e financiamento

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança.

Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos ou, nos casos de empréstimos que foram diretamente atribuíveis à aquisição de ativos, efetuou o reconhecimento dos custos na composição do valor contábil do bem, atendendo às Normas Contábeis Brasileiras (CPC 20).

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.9 Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária 5% do lucro, conforme a lei das sociedades anônimas. Adicionalmente poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, em função da exclusão de receitas ou adição de despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente nas empresas do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos no final de cada exercício, sobre as diferenças entre as bases contábil e fiscal dos ativos e passivos incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que o Grupo apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base na taxa de imposto esperada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas que foram promulgadas por lei tributária na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

2.11 Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.12 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no contrato quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e reflete a contrapartida que a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca da transferência de produtos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. As transações de receita são avaliadas de acordo com critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

2.12.1 CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia e suas controladas não detém mais o controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas.

As Receitas de contratos de clientes que foram elegíveis para fins do Pronunciamento Contábil CPC 47 referem-se em sua totalidade a vendas de produtos que contemplam todas as etapas do pós-vendas, tais como descontos atrelados, garantia de performance, fretes atrelados (quando de obrigação da Companhia) e qualquer outra obrigação pós-venda.

Em alguns contratos de clientes existem adiantamentos, porém somente a curto prazo, isso não caracteriza um componente de financiamento significativo em seus contratos, pois os produtos e serviços são pagos após o início do contrato com um ano ou menos. Portanto para estes adiantamentos de curto prazo a Companhia não contará com um componente de financiamento, mesmo que ele seja significativo.

2.12.2 Receita financeira

A receita de juros é reconhecida utilizando-se a taxa de juros efetiva. As receitas de juros são incluídas na rubrica de receitas financeiras, na demonstração do resultado.

2.13 Novos pronunciamentos técnicos e seus impactos na Companhia e suas controladas

2.13.1 IAS 1 / CPC 26 e IAS 8 / CPC23 - Definição de material

Entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 e modifica a definição de "material", esclarecendo aspectos da aplicação da materialidade nas informações divulgadas. A

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

administração avaliou e entende que estas emendas não trouxeram impactos significativos nas demonstrações financeiras.

2.13.2 CPC 00 – Estrutura conceitual para relatórios financeiros

Estrutura conceitual que introduz alterações em várias normas e interpretações, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativos/passivos e de gastos/rendimentos, além de conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação. A administração avaliou e entende que não trouxeram impactos significativos nas demonstrações financeiras.

2.13.3 Revisão de pronunciamentos técnicos nº 14

Estabelece alterações em diversos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas. A Companhia e suas controladas avaliaram e concluiu que não houve impactos.

2.13.4 Revisão de pronunciamentos técnicos nº 15

Alterações em pronunciamentos técnicos em decorrência da definição do termo "Reforma da Taxa de Juros de Referência", quanto à contabilização de Hedge. A Companhia e suas controladas avaliaram e concluiu que não houve impactos.

2.13.5 IFRS 16 / CVM 859/2020

Em maio de 2020, o IASB aprovou uma emenda na norma IFRS 16, a qual concede benefícios no resultado, durante o período impactado pela pandemia da Covid-19 para arrendatários, com isso, não tratando como uma modificação de contrato. Em 07 de julho de 2020, a CVM publicou a deliberação nº 859/2020 que aprova a revisão do CPC 06 (R2) / IFRS 16 que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. A Companhia e suas controladas avaliaram e concluiu que não houve impactos.

3. Normas e interpretações e normas ainda não vigentes

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais terão sua adoção para o exercício de 2021 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, referente adoção destas normas:

 Alteração da norma IAS 1 – classificação de passivos como circulante ou nãocirculante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis;

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

- Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020 efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- Alteração da norma IAS 16 Imobilizado resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- Alteração da norma IAS 37 Contrato oneroso custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- Alteração da norma IFRS 3 Referências a estrutura conceitual esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- Alteração da norma IFRS 17 Contratos de seguro esclarece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia e suas controladas não esperam impactos nas suas demonstrações contábeis;
- Alteração da norma IFRS 4 Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia e suas controladas não esperam impactos nas suas demonstrações contábeis.

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que na opinião da Administração, possam ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia e suas controladas.

4. Reclassificação das demonstrações contábeis previamente emitidas

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, para melhor apresentação das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e para manter a comparabilidade entre os exercícios, os valores comparativos referente ao balanço patrimonial passivo de 31 de dezembro de 2019 estão sendo reclassificados, de forma a demonstrar os ajustes conforme abaixo, os quais não tiveram impacto no resultado:

Passivo	Anteriormente Apresentado 31/12/2019	_ Ajuste	Referência _	Reapresentado 31/12/2019
Passivo Circulante Obrigações tributárias Passivo Circulante	1.589 115.456	21.021 21.021	(i) _	22.610 136.479
Não circulante Imposto de renda e contrib. social diferida Outras contas a pagar Passivo não circulante	27.340 8.265 86.464	(23.670) - 2.676 (20.994)	(i) (i) _	3.670 10.941 65.467
Total do passivo	201.920	27	=	201.946
Patrimônio líquido Reserva legal Reservas de lucros Reserva de lucros não realizados Ajustes de avaliação patrimonial Total do patrimônio líquido	3.716 26.761 - 88.625 162.777	3 (3) 24.456 (24.483) (27)	(ii) (ii) (iii) (iii)	3.719 26.758 24.456 64.142 162.751
Total do passivo e patrimônio líquido	364.697	- =	- =	364.697

Obrigações tributárias: Reclassificações de obrigações tributárias do longo prazo para o curto prazo, referente IR/CS exclusões temporárias, conforme NE 17.

ii. Reserva legal: Transferência de reserva de lucro para reserva legal.

iii. **Reserva de lucros não realizados:** Transferência da realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial – AAP, para conta "reserva de lucros não realizados", conforme proposta da administração em AGE.

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	1.001	341	3.357	1.515
Aplicações liquidez imediata	18.941	3.470	18.206	3.470
Total caixa e equivalentes de caixa	19.942	3.811	21.563	4.985

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Estão representadas por aplicações financeiras em certificados de Depósito Bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do Pronunciamento Contábil CPC 3.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2020 as aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados a rendimentos próximos de 50% do CDI, resgatáveis a qualquer momento.

6. Aplicações Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações Financeiras – garantias	3.022	3.901	3.022	3.928

A Companhia firmou contrato de empréstimos junto ao Banco ABC no montante de R\$ 10.000, destes, R\$ 2.002 está classificado como aplicação financeira, que serve como garantia real para transferência ao giro. Nos mesmos moldes há empréstimo contratado junto à Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 5.000, destes, R\$ 1.020 classificados como aplicação financeira, que também serve como garantia.

7. Contas a receber

Representado pelos valores a receber de clientes resultantes da venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia, são acrescidas de variação cambial, quando aplicável, e posteriormente mensuradas ao custo amortizado, deduzidos das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

transações de contas a receber de clientes foram ajustadas a seu valor presente, levando em consideração os fluxos de caixa das transações e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos.

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante				
Mercado interno	8.873	2.493	12.511	7.267
Mercado externo (*)	53.793	63.252	53.793	63.252
(-) Ajuste a valor presente	(287)	(546)	(720)	(546)
(-) Perdas esperadas com créditos de devedores duvidosos	(257)	(432)	(257)	(432)
Total ativo circulante	62.122	64.767	65.327	69.541
Ativo não circulante				
Mercado interno**	-	-	28.221	31.600
Mercado externo	677	-	677	-
(-) Ajuste a valor presente	-	-	(3.439)	_
Total ativo não circulante	677	-	25.459	31.600
Total	62.799	64.767	90.786	101.141

^(*) O contas a receber da Companhia está suscetível a incidência de variações em função das taxas de câmbio sobre as transações no mercado externo.

Contas a receber dos clientes do mercado externo em moeda estrangeira:

	Controladora e	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019
Valores a receber em milhares de US\$	\$7.681	US\$ 14.157
Dólar fechamento do período	R\$ 5,20	R\$ 4,03
Total a receber conversão Dólar x Real no período	R\$ 39.910	R\$ 57.053
Valores a receber em milhares de CAD	CAD 133	CAD 233
Dólar Canadense fechamento do período	R\$ 4,08	R\$ 3,10
Total a receber conversão Dólar CAD x Real no período	R\$ 543	R\$ 722
W. 1. 6	6.0.400	6.4.000
Valores a receber em milhares de €	€ 2.199	€ 1.209
Euro fechamento do período	R\$ 6,38	R\$ 4,53
Total a receber conversão Euro x Real no período	R\$ 14.017	R\$ 5.477
Total a receber mercado externo no período	R\$ 54.470	R\$ 63.252

A posição do contas a receber do mercado externo em dólares, em 31/12/2019, tem como valor de maior relevância um projeto de um cliente o qual foi recebido no decorrer de 2020.

^(**) Os valores classificados no ativo não circulante referem-se aos valores a receber referente à venda de terrenos ocorridas no ano de 2019 pela subsidiária integral Administradora de Bens Altona S.A.

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente a posição do contas a receber do mercado externo em euros em 31/12/2020 teve um aumento, reflexo da consolidação das ações comerciais da unidade Altona Europa.

Com o intuito de estimar os montantes de perdas estimadas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação.

As perdas estimadas com créditos de devedores duvidosos são constituídas pela análise individual da totalidade de contas a receber de clientes com saldos vencidos há mais de 180 dias, considerando sua capacidade de pagamento, o cenário econômico atual e prospectivo, a avaliação dos níveis de inadimplência e garantias recebidas, bem como a avaliação das renegociações realizadas, sendo provisionados também casos específicos ainda não vencidos, que no julgamento da Administração da Companhia possuem risco de não serem recebidos.

O Ajuste a Valor Presente é calculado levando-se em consideração a TJLP diária e visa mensurar os valores de maneira mais fiel na data em que são demonstrados.

Demonstramos a seguir a abertura do contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	Contro	iadora	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Duplicatas a vencer até 30 dias	16.610	14.745	16.955	15.764
Duplicatas a vencer após 30 dias	33.422	44.904	64.722	80.259
Duplicatas vencidas até 30 dias	8.796	3.801	9.010	3.801
Duplicatas vencidas há mais de 30 dias	4.515	2.295	4.515	2.295
Total	63.343	65.745	95.202	102.119

Os valores da composição, imediatamente acima, não consideram no saldo total os valores de AVP e de PECLD quando comparado com a composição principal.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Duplicatas a vencer 2020	_	64.695	-	69.469
Duplicatas a vencer 2021	62.666	646	66.305	4.239
Duplicatas a vencer 2022	657	404	4.464	3.998
Duplicatas a vencer 2023	20	-	3.614	3.594
Duplicatas a vencer 2024 em diante		-	20.819	20.819
Total	63.343	65.745	95.202	102.119

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2020 31/12/20		
Saldo no início do período Constituição	(432)	(704)	
Recuperações/reversão	175	272	
Saldo no final do período	(257) (43		

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Os clientes da Companhia em sua grande maioria são decorrentes de vendas de produtos repetitivos e não geram atrasos maiores de 180 dias no recebimento. Os clientes que geram e compõe as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa são decorrentes de vendas "sob encomenda", que por sua vez tendem a gerar atrasos no recebimento, mas não uma perda, conforme histórico.

8. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- (i) Matérias primas, materiais auxiliares e outros materiais custo de aquisição segundo o custo médio.
- (ii) Produtos acabados e em elaboração custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e para a realização da venda.

	Controladora e Consolidado				
_	31/12/2020	31/12/2019			
Produtos acabados	6.309	6.114			
Produtos em elaboração	21.235	16.137			
Matéria prima	2.193	3.233			
Materiais auxiliares	5.227	4.661			
Outros materiais	3.432	3.904			
Mercadorias em consignação	200	201			
Provisão para perdas nos estoques	(400)	(400)			
Total	38.196	33.850			

As provisões para perdas que representam estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Administração avaliou os valores registrados a título de provisão para perdas nos estoques do período e concluiu pela não necessidade de alteração, em razão de que a provisão constituída diz respeito a estoque de produto acabado e em processo sem giro há mais de 180 dias, o qual se manteve no mesmo volume em 31 de dezembro de 2020. Consequentemente, a provisão registrada se mostra suficiente.

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

9. Tributos a recuperar

<u> </u>	Control	adora	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
IPI, PIS, COFINS e outros sobre insumo ⁽¹⁾	24.428	5.211	24.480	5.212	
ICMS, PIS, COFINS sobre o imobilizado	1.815	2.056	1.815	2.056	
Ressarcimento compensação PERT	3.571	3.571	3.571	3.571	
IRPJ/CSLL ⁽²⁾	3.661	10.334	3.662	10.334	
Total	33.475	21.172	33.528	21.173	
Circulante	29.349	10.802	29.402	10.803	
Não circulante	4.126	10.370	4.126	10.370	

Os créditos serão realizados pela Companhia através de restituição e/ou compensação com impostos e contribuições. A administração não espera perdas na realização destes créditos.

- (1) Em 1º de julho de 2020 a Companhia obteve sentença transitada em julgado acerca da ação judicial (Nº 5001790-34.2019.4.04.7205), que tramitou perante a Justiça Federal, pela qual obteve o reconhecimento ao seu direito de exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo do PIS e da COFINS. O crédito habilitado e devidamente corrigido, decorrente de tal decisão judicial foi no valor de R\$ 23.400, sendo composto por R\$ 13.126 de imposto e R\$ 10.274 de atualização monetária, demonstrados na nota explicativa n° 26 "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" e na nota explicativa n° 27 "Receitas (despesas) financeiras" respectivamente. Desde 2018 o STF considerou inconstitucional a inclusão e concedeu ganho de causa para os contribuintes. A Companhia por sua vez, após referida decisão e com base em parecer jurídico, optou por modular suas apurações mensais já com a referida exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. A Companhia aguardou a habilitação do crédito acima mencionado, para reconhecer seus efeitos.
- (2) Transitou em julgado em 28/02/2019 no STJ o processo nº 5016243-44.2013.4.04.7205 no qual a Companhia discutia a não inclusão na base de cálculo do IRPJ e da CSLL referente ao crédito presumido do ICMS concedido pelo Estado de Santa Catarina. Desde 2018, o STJ considerou ilegal e inconstitucional a inclusão e concedeu ganho de causa para os contribuintes. A Companhia por sua vez, após referida decisão e com base em parecer jurídico, optou por modular suas apurações mensais já com a referida exclusão na base de cálculo do IR/CS. Adicionalmente, o processo acima mencionado transitou em julgado a favor da Companhia, que por sua vez recalculou e reconheceu seus efeitos no último trimestre de 2018. Os créditos no montante de R\$ 6.673 foram compensados no período de 2020 resultando em um saldo de R\$ 3.661, em 31 de dezembro de 2020.

10. Investimentos de longo prazo

A composição dos investimentos da Companhia é a seguinte:

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Investimento em Controladas					
Adm de Bens Altona S.A.	92.855	91.788	8.800	-	
Altona Europa	557	327	-	-	
Modelação Kimze	910	910	910	910	
Subtotal	94.322	93.025	9.710	910	
Outros investimentos					
Processo Eletrobrás	2.081	2.189	2.081	2.189	
Outros	78	51	78	51	
Subtotal	2.159	2.240	2.159	2.240	
Total	96.481	95.265	11.869	3.150	

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

a) Investimento em Controladas

Os investimentos da Companhia avaliados pela equivalência patrimonial são os seguintes em 31 de dezembro de 2020:

	Administradora de Bens Altona S.A.	Modelação Kimze	Altona Europa	31/12/2020
Total de ativos circulante e não circulante	103.337	450	812	104.599
Total de passivos circulante e não circulante	10.482	639	254	11.375
Patrimônio líquido	92.855	(189)	557	93.223
Receitas líquidas do exercício	197	2.734	989	3.920
Resultado do exercício	2.865	99	(159)	2.805
Participação no capital em %	100%	100%	100%	100%
Equivalência patrimonial	2.865	99	(159)	2.805
Investimento pela equivalência patrimonial	92.855	258(1)	557	93.670

⁽¹⁾ O montante do Patrimônio Líquido da investida correspondia a R\$ R\$ 258 na data base da aquisição da mesma. O Patrimônio Líquido negativo de R\$ 651 (no ato da compra), está registrado no passivo não circulante da Companhia pelo valor de R\$ 189, após os lançamentos de equivalências patrimoniais de exercícios anteriores. Em relação ao período anterior houve uma recuperação de R\$ 340, demonstrando que os constantes bons resultados da empresa Modelação Kimze estão mitigando este passivo.

Os investimentos da Companhia avaliados pela equivalência patrimonial são os seguintes em 31 de dezembro de 2019:

	Administradora de Bens Altona S.A.	Modelação Kimze	Altona Europa	31/12/2019
Total de ativos circulante e não circulante	95.574	167	628	96.369
Total de passivos circulante e não circulante	3.786	696	301	4.783
Patrimônio líquido	91.788	(529)	327	91.586
Receitas líquidas do exercício	42.731	1.657	-	44.388
Resultado do exercício	7.863	122	(1.042)	6.943
Participação no capital em %	100%	100%	100%	100%
Equivalência patrimonial	7.863	122	(1.042)	6.943
Investimento pela equivalência patrimonial	91.788	258(2)	327	92.373

⁽²⁾ O montante do Patrimônio Líquido da investida correspondia a R\$ R\$ 258 na data base da aquisição da mesma. O Patrimônio Líquido negativo de R\$ 651 (no ato da compra), está registrado no passivo não circulante da Companhia pelo valor de R\$ 529, após os lançamentos de equivalências patrimoniais de exercícios anteriores.

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos investimentos em controladas está demonstrada a seguir:

	Contro	ladora
	2020	2019
Saldo do investimento em controladas no início do exercício	93.025	92.527
Resultado de equivalência patrimonial - Administradora de Bens Altona	2.865	7.865
Dividendos distribuídos no período AAP na controlada - Administradora de Bens Altona	(1.800)	(6.508) (1.602)
Resultado de equivalência patrimonial - Altona Europa Outros resultados abrangentes - Altona Europa	57 175	(167) -
Aquisição + PL negativo empresa Modelação Kimze Ltda.	-	910
Saldo do investimento em controladas no final do exercício	94.322	93.025
	Contro	ladora
	2020	2019
Saldo PL negativo em controlada no início do exercício	529	-
Aquisição empresa Modelação Kimze Ltda PL Negativo	-	651
Resultado de equivalência patrimonial - Modelação Kimze	(99)	(122)
Integralização de capital na controlada	(241)	
Saldo do investimento em controladas no final do exercício	189	529

Movimentação dos investimentos das controladas

Administradora de Bens Altona S.A.

Em 28 de novembro de 2017, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi constituída a Sociedade Anônima Subsidiaria Integral "Administradora de Bens Altona S.A.", com registro efetivo na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina em 22 de junho de 2018. O objetivo único e exclusivo da administradora de bens é o de administração de bens e locações de imóveis próprios.

Após o registro do Ato, a Companhia, transferiu a título de composição de capital inicial para a controlada Administradora de Bens Altona S.A., o valor de R\$ 33.872 de terrenos que não fazem parte do parque fabril da Companhia, com o intuito de segregar a atividade fim da Companhia de outros investimentos. O Capital Social remanescente de R\$ 28 composto por valor em conta corrente no Banco do Brasil, foi capitalizado também pela Companhia.

No fim do exercício de 2018 a Electro Aço Altona autorizou a transferência dos terrenos que ficaram de fora da composição do Capital Social quando da constituição da Controlada, Administradora de Bens Altona S.A. no valor de R\$ 4.577, sendo até 31/12/2020 efetivada a

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

transferência de terrenos no valor de R\$ 3.237, ficando em capital a integralizar o valor de R\$ 1.340 referente aos terrenos em processo de transferência. O total do Capital social da controlada Administradora de Bens Altona S/A, monta ao valor de R\$ 38.477.

No exercício de 2020 foi efetuada a primeira reavaliação do terreno adquirido pela controlada Administradora de Bens Altona no município de Gaspar/SC, pois se trata de uma propriedade para investimento. O valor de aquisição foi de R\$ 10.600, sendo que a reavaliação efetuada pela empresa Colliers Internacional, trouxe uma mais valia ao valor patrimonial de R\$ 8.800, conforme tabela acima. O valor de R\$ 1.800 foi reconhecido no PL da subsidiaria integralmente. Adicionalmente o imóvel encontra-se em fase de regularização/corte aterro. A administração está elaborando planos para a transferência e expansão do parque fabril da Electro Aço Altona que será de médio a longo prazo.

Altona Europa

Em 01 de março de 2018 a Companhia celebrou Acordo de compra referente à aquisição da empresa IBG Industrieberatungsgesellschaft mbH, pelo montante de € 80 mil, a serem quitados em 24 parcelas mensais e consecutivas, registradas como ágio na Companhia. Com esta aquisição, a Companhia espera acessar clientes de outros segmentos atualmente não explorados pela Companhia. A empresa atua somente como escritório de representação comercial da Companhia no Continente Europeu, com a denominação Altona Europa.

Modelação Kimze

Em 02 de fevereiro de 2019 a Companhia celebrou acordo referente à aquisição da empresa Modelação Kimze, pelo valor de R\$ 500, sendo que uma parte foi aportado diretamente na empresa. A Companhia entende que a aquisição tem sinergia com o negócio, trazendo redução de custos e melhor agilidade no processo de confecção de modelos.

b) Outros Investimentos - Processo Eletrobrás

A Companhia é autora em ação ajuizada sobre o n° 99.20.05382-1 contra a Eletrobrás, através da qual vem discutindo a correção monetária aplicada sobre os empréstimos compulsórios pagos pela Companhia, e que não foi respeitada pela Eletrobrás no momento de restituir os valores recolhidos.

O processo foi julgado, com decisão transitada em julgado em 23 de janeiro de 2014, determinando que os valores dos empréstimos compulsórios recolhidos pela Companhia no exercício de janeiro de 1987 a janeiro de 1994 fossem corrigidos da forma prevista em lei. Depois de realizar os cálculos, a Companhia ajuizou Execução de Sentença (n° 5014451-55.2013.404.7205) em 18 de novembro de 2013 no valor de R\$ 14.643.

A Eletrobrás reconheceu como devido em março de 2014 o valor de R\$ 4.304, tendo depositado judicialmente o valor de R\$ 3.911, e cedido 57.528 (cinquenta e sete mil quinhentas e vinte e oito) ações preferenciais nominativas da classe B de sua emissão. As 57.528 ações preferenciais nominativas da classe B da Eletrobrás já são de direito da Companhia, e,

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

portanto, foram reconhecidas como um ganho no exercício findo em 31 de março de 2014, líquido da taxa de corretagem. Em 31 de dezembro de 2020 essas 57.528 ações perfazem o montante de R\$ 2.081 (R\$ 2.189 em 31 de dezembro de 2019).

Para a parte depositada em juízo a Companhia pleiteou o levantamento do valor depositado a seu favor, porém, o judiciário não determinou a expedição de alvará do valor depositado judicialmente em favor da Companhia por existir uma demanda de terceiro alegando que o crédito é de sua propriedade e não da Companhia. Com relação ao saldo ainda remanescente de R\$ 10.339, a Eletrobrás impugnou o processo e deu ações da então CEMAR, hoje Equatorial MA, em garantia à execução. A Companhia somente reconhecerá o ganho relacionado a este processo quando for plenamente assegurado o direito em seu favor e que os ativos disponibilizados sejam realizáveis.

A Companhia mantém provisionada como obrigação a pagar de honorários advocatícios o montante de R\$ 360 em 31 de dezembro 2020 (R\$ 657 em 31 de dezembro de 2019) referentes ao reconhecimento em Investimentos das ações da Eletrobrás. Sob o saldo remanescente, referente à discussão em andamento, a Companhia possui honorários advocatícios pendentes, os quais serão devidos no momento do encerramento da causa, caso o desfecho seja favorável a Companhia.

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

Movimentação dos ativos imobilizados - Controladora

Controladora	Terrenos	Edificações próprias	Máquinas e equipamentos	Veículos, modelos, moldes e instalações	Móveis e utensílios	Imobilizados em curso	Cartas de Consorcio (1)	Arrendamento mercantil	Outros imobilizados	Total
Custo										
Em 31 dezembro 2019	24.021	65.879	180.064	20.661	6.333	7.638	4.024	7.493	3.486	319.599
Adições	150	622	4.893	1.642	257	5.514	3.523	-	106	16.707
Transferências	_	7.415	4.255	192	(7)	(8.877)	(2.978)	-	-	_
Baixas (1)	(2.963)	(485)	(460)	(79)	(2)	•	(2.404)	-	(10)	(6.403)
Em 31 dezembro 2020	21.208	73.431	188.752	22.416	6.581	4.275	2.165	7.493	3.582	329.903
Depreciação =										
Taxas médias de depreciação	-	7% a.a.	13% a.a.	20% a.a.	10% a.a.	-	-	10% a.a.	10% a.a.	
Em 31 dezembro 2019	-	(36.974)	(126.095)	(16.150)	(5.042)	-	-	(375)	(3.013)	(187.649)
Depreciação	_	(2.730)	(5.825)	(959)	(235)	-	-	(577)	(168)	(10.495)
Transferências	-	-	(1)	-	1	-	-	-	· -	-
Baixas	-	275	381	63	2	-	-	-	10	731
Em 31 dezembro 2020	-	(39.429)	(131.540)	(17.046)	(5.275)	-	-	(952)	(3.171)	(197.413)
Valor líquido										
Em 31 dezembro 2019	24.021	28.905	53.969	4.511	1.291	7.638	4.024	7.118	473	131.950
Em 31 dezembro 2020	21.208	34.002	57.212	5.370	1.306	4.275	2.165	6.541	411	132.490

⁽¹⁾ Foi efetuada a segregação dos valores de "cartas de consórcios não contemplados" em grupo distinto do grupo de imobilizado. O valor foi demonstrado na coluna de "cartas de consórcio", na linha de "baixas" do demonstrativo acima.

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos ativos imobilizados - Consolidado

Consolidado	Terrenos	Edificações próprias	Máquinas e equipamentos	Veículos, modelos, moldes e instalações	Móveis e utensílios	Imobilizados em curso	Cartas de Consorcio (1)	Arrendamento mercantil	Outros imobilizados	Total
Custo										
Em 31 dezembro 2019	82.395	65.897	180.539	20.677	6.355	7.638	4.024	7.493	3.508	378.526
Adições	150	622	4.970	1.642	268	5.606	3.523	-	106	16.887
Reavaliação de bens	3.138	-	-	-	-	-	-	-	-	3.138
Transferências	-	7.415	4.255	192	(7)	(8.876)	(2.979)	-	-	-
Baixas	(3.286)	(485)	(460)	(79)	(2)	-	(2.403)	-	(10)	(6.725)
Em 31 dezembro 2020 _	82.397	73.449	189.304	22.432	6.614	4.368	2.165	7.493	3.604	391.826
Depreciação								-		
Taxas médias de depreciação	-	7% a.a.	13% a.a.	20% a.a.	10% a.a.	-	-	10% a.a.	10% a.a.	
Em 31 dezembro 2019	-	(36.991)	(126.523)	(16.166)	(5.057)	-	-	(375)	(3.034)	(188.146)
Depreciação	-	(2.730)	(5.835)	(959)	(235)	-	-	(577)	(169)	(10.503)
Transferências	-	-	(1)	-	1	-	-	-	-	-
Baixas	-	275	381	63	2	-	-	-	10	731
Em 31 dezembro 2020	-	(39.446)	(131.978)	(17.062)	(5.289)	-	-	(952)	(3.193)	(197.920)
Valor líquido Em 31 dezembro 2019 Em 31 dezembro 2020	82.395 82.397	28.906 34.003	54.016 57.326	4.511 5.370	1.298 1.325	7.638 4.368	4.024 2.165	7.118 6.541	474 411	190.380 193.906

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Encontram-se em garantias bens do Ativo Imobilizado no valor de R\$ 57.000 (R\$ 57.000 em 31 de dezembro de 2019) referente ao Refis.

Análise de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

De acordo com o CPC 01, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos ativos imobilizados 2019 - Controladora

Controladora	Terrenos	Edificações próprias	Máquinas e equipamentos	Veículos, modelos, moldes e instalações	Móveis e utensílios	Imobilizados em curso	Cartas de Consorcio	Arrendamento mercantil	Outros imobilizados	Total
Custo										
Em 31 dezembro 2018	23.972	63.764	174.932	18.722	6.124	7.875	3.815	1.357	3.412	303.973
Adições	49	805	2.908	1.950	217	3.297	209	6.136	91	15.662
Transferências	-	1.310	2.224	-	-	(3.534)	-	-	-	-
Baixas		-	-	(11)	(8)	-	-	-	(17)	(36)
Em 31 dezembro 2019	24.021	65.879	180.064	20.661	6.333	7.638	4.024	7.493	3.486	319.599
Depreciação Taxas médias de depreciação		7% a.a.	13% a.a.	20% a.a.	10% a.a.		-	10% a.a.	10% a.a.	
Em 31 dezembro 2018	-	(34.381)	(120.618)	(15.501)	(4.819)	-	-	(110)	(2.811)	(178.240)
Depreciação	-	(2.593)	(5.477)	(650)	(230)	-	-	(265)	(208)	(9.423)
Baixas	-	-	- -	1	7	-	-	- -	6	14
Em 31 dezembro 2019		(36.974)	(126.095)	(16.150)	(5.042)	-	_	(375)	(3.013)	(187.649)
Valor líquido										
Em 31 dezembro 2018	23.972	29.383	54.314	3.221	1.305	7.875	3.815	1.247	601	125.733
Em 31 dezembro 2019	24.021	28.905	53.969	4.511	1.291	7.638	4.024	7.118	473	131.950

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos ativos imobilizados 2019 - Consolidado

Consolidado	Terrenos	Edificações próprias	Máquinas e equipamentos	Veículos, modelos, moldes e instalações	Móveis e utensílios	Imobilizados em curso	Cartas de Consorcio	Arrendamento mercantil	Outros imobilizados	Total
Custo										
Em 31 dezembro 2018	114.405	63.764	174.932	18.722	6.124	7.875	3.815	1.357	3.412	394.406
Adições	437	823	3.383	1.966	239	3.297	209	6.136	113	16.603
Transferências	-	1.310	2.224	-	-	(3.534)	-	-	-	-
Baixas	(32.447)	-	-	(11)	(8)	-	-	-	(17)	(32.483)
Em 31 dezembro 2019	82.395	65.897	180.539	20.677	6.355	7.638	4.024	7.493	3.508	378.526
Depreciação Taxas médias de depreciação		7% a.a.	13% a.a.	20% a.a.	10% a.a.		-	10% a.a.	10% a.a.	
Em 31 dezembro 2018	_	(34.381)	(120.618)	(15.501)	(4.819)	_	_	(110)	(2.811)	(178.240)
Depreciação	_	(2.610)	(5.905)	(666)	(245)	_	-	(265)	(229)	(9.920)
Baixas	_	· ,	-	1	7	_	-	-	6	14
Em 31 dezembro 2019		(36.991)	(126.523)	(16.166)	(5.057)	-	-	(375)	(3.034)	(188.146)
Valor líquido										
Em 31 dezembro 2018	114.405	29.383	54.314	3.221	1.305	7.875	3.815	1.247	601	216.166
Em 31 dezembro 2019	82.395	28.906	54.016	4.511	1.298	7.638	4.024	7.118	474	190.380

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

Movimentação do ativo intangível 2020:

	Controladora	Consolidado
	Softwares	Softwares
Custo		
Em 31 de dezembro de 2019	4.791	4.791
Adições	330	381
Transferências	-	-
Baixas		
Em 31 dezembro 2020	5.121	5.172
Amortização		
Em 31 de dezembro de 2019	(4.191)	(4.191)
Amortização	(255)	(264)
Transferências	-	-
Baixas		
Em 31 dezembro 2020	(4.446)	(4.454)
Valor líquido		
Em 31 de dezembro de 2019	600	600
Em 31 dezembro 2020	675	717

Movimentação do ativo intangível 2019:

	Controladora e Consolidado
	Softwares
Custo	
Em 31 dezembro 2018	4.610
Adições	181
Em 31 dezembro 2019	4.791
Amortização	
Em 31 dezembro 2018	(3.940)
Amortização	(251)
Em 31 dezembro 2019	(4.191)
Valor líquido	
Em 31 dezembro 2018	670
Em 31 dezembro 2019	600

A Companhia utiliza a vida útil definida de 5 anos para os itens de seu ativo intangível.

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e Financiamentos

		Control	Controladora		dado
<u>Modalidade</u>	Encargos	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ACC	U\$ +3,9% a 5,7% a.a.	29.765	39.688	29.765	39.688
	até 6% a.a.	10.071	3.636	10.071	3.636
Capital de giro nacional	Entre 6% a.a. e 9% a.a.	760	134	760	134
	Acima de 9% a.a.	6.650	15.993	6.650	15.993
Capital giro estrangeiro	11,2% a.a.	1.806	-	1.806	-
Leasing	4,2% a 16,2% a.a.	1.104	1.171	1.104	1.171
Circulante		50.156	60.622	50.156	60.622
	até 6% a.a.	14.348	1.459	14.348	1.459
Capital de giro nacional	Entre 6% a.a. e 9% a.a.	850	_	850	-
	Acima de 9% a.a.	21.669	21.335	21.669	21.335
FINEP	Carência 18 meses/TJLP 1,5% a.a.	3.940	-	3.940	-
Leasing	4,2% a 16,2% a.a.	2.377	4.232	2.377	4.232
Não Circulante		43.184	27.026	43.184	27.026
Total		93.340	87.648	93.340	87.648
Moeda nacional		61.769	47.960	61.769	47.960
Circulante		18.585	20.934	18.585	20.934
Não circulante		43.184	27.026	43.184	27.026
Moeda estrangeira		31.571	39.688	31.571	39.688
Circulante		31.571	39.688	31.571	39.688
Não circulante			-	-	
Total		93.340	87.648	93.340	87.648

A movimentação do saldo do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2020		31/12/2019	31/12/2019
Saldo em 31 de dezembro de 2019	87.648	87.648	Saldo em 31 de dezembro de 2018	82.208	82.208
Captação de novos empréstimos	78.063	78.063	Captação de novos empréstimos	100.542	100.542
Pagamentos (Principal e Juros)	(81.839)	(81.839)	Pagamentos (Principal e Juros)	(98.283)	(98.283)
Variação cambial	1.518	1.518	Variação cambial	(1.654)	(1.654)
Provisão de juros	7.950	7.950	Provisão de juros	4.835	4.835
Saldo em 31 de dezembro de 2020	93.340	93.340	Saldo em 31 de dezembro de 2019	87.648	87.648

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto guando indicado de outra forma)

Demonstramos abaixo o vencimento dos empréstimos e financiamentos conforme cláusulas contratuais:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019
Próximos 12 meses	50.156	60.622
de 13 a 24 meses	15.907	17.720
de 25 em diante	27.277	9.306
Total	93.340	87.648

Demonstramos abaixo a projeção de liquidação dos empréstimos conforme previsão do fluxo de caixa:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	60.622
2021	50.156	11.722
2022	15.907	9.363
2023	12.654	2.387
2024	10.332	2.188
2025	4.291	1.366
Total	93.340	87.648

Os empréstimos bancários da Companhia estão sendo garantidos por avais da Companhia Werner (acionista da Controladora), da empresa Bellevue e penhora de máquinas e equipamentos conforme nota explicativa de imobilizado n°11. Adicionalmente, estes empréstimos não têm cláusulas financeiras restritivas (*covenants financeiros*).

14. Provisão para litígios e demandas judiciais

A Companhia é parte em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis.

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de julgamento e a experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

a) Provisão para litígios e demandas judiciais

Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para contingências, como abaixo indicado:

	Controladora e Consolidado						
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2019			
Trabalhistas	2.026	1.437	(1.833)	2.421			
Tributárias	6.149	2.848	- '	3.302			
Total	8.175	4.285	(1.833)	5.723			

<u>Trabalhistas</u>: A Companhia é acionada em reclamatórias trabalhistas envolvendo principalmente discussões sobre insalubridade, periculosidade, entre outros. Baseado no histórico de pagamentos e na opinião dos assessores jurídicos, a provisão de R\$ 2.026 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 2.421 em 31 de dezembro de 2019) é julgada suficiente para cobrir prováveis perdas.

<u>Tributárias</u>: A provisão é formada principalmente por valores de INSS sobre verbas salariais e tributos. A Companhia discute judicialmente a não incidência de INSS sobre as verbas do SEBRAE, porém no dia 23/09/2020 o Supremo <u>Tribunal Federal</u> julgou constitucional a cobrança, dando perda da ação para a Altona, e o valor de R\$ 3.186 referente a ação, depositado judicialmente, será deliberado pelo juiz a favor do SEBRAE, mas por ora permanece na conta de deposito judicial da Companhia. Reforçamos que este valor já está reconhecido contabilmente no resultado da companhia não havendo nenhum prejuízo para este exercício. Adicionalmente em 07/2020 a companhia provisionou R\$ 2.153 referente duas notificações recebidas da fazenda estadual de SC nas quais discute a tributação de faturamentos para mercado externo.

b) Depósitos judiciais

A Companhia registra no ativo, valores referentes a depósitos judiciais conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2020	31/12/2019				
Depósitos trabalhistas	228	-	(281)	509		
Depósito SEBRAE	3.186	293	-	2.893		
Total depósitos judiciais	3.414	293	(281)	3.402		

Do saldo em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 3.414, o montante de R\$ 3.186 (R\$ 2.893 em 31 de dezembro de 2019) corresponde a processos ingressados para reconhecimento da não incidência de INSS nas verbas salariais referente ao SEBRAE. Em 23 de setembro, por 6 votos a 4, o Supremo Tribunal Federal entendeu pela constitucionalidade de tal incidência. Está decisão terá aplicabilidade para todos os

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

contribuintes do país. O montante será mantido nos registros contábeis, devidamente atualizado, até que o depositado em juízo seja retirado e absorvido pelos órgãos responsáveis. O saldo remanescente de R\$ 228 (R\$ 509 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a depósitos judiciais para que a Companhia possa discutir ações trabalhistas.

c) Contingências ativas - Processo Celesc 0016440-92.2009.8.24.0008

Em 10 de setembro de 2018 a Companhia obteve êxito em primeira instância do processo acima mencionado no qual o réu é a Celesc, onde a Companhia busca ressarcir o valor indevidamente cobrado pela concessionária de energia enquanto a Companhia já era cliente de energia do mercado livre. O valor pleiteado, é de R\$2.207 e será acrescido de INPC e juros de 1% ao mês desde dezembro de 2004. Tal decisão foi confirmada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina em 19/05/2020. A Companhia ainda reivindica o dobro deste valor (principal mais correção) em recurso pendente de julgamento no Superior Tribunal de Justiça, assim como a CELESC recorreu para que seja julgada indevida a indenização. Por se tratar de uma ação ativa, a Companhia, em atendimento aos dispositivos contábeis do CPC e aos princípios contábeis, não fez qualquer registro em seu balanço de tais créditos. Quando obtiver o transitado em julgado em última instância fará as atualizações necessárias, procederá com o registro e fará as divulgações pertinentes ao mercado.

d) Ações cuja probabilidade de perda é possível - sem efeito no resultado da Companhia

Em 31 de dezembro de 2020, os processos classificados como perda possível estão demonstrados a seguir no montante em reais de:

	Controladora – R\$
_	2020
Processos trabalhistas	182
Processos tributários	191
Processos cíveis	358
_	731

Cíveis: Os processos cíveis avaliados pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perda possível referem-se a processos envolvendo acidente de trabalho.

Tributárias: Os processos tributários avaliados pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perda possível refere-se a multa e acréscimos legais pela não apresentação das GFIP's correspondentes ao 13º salário dos anos de 2005 e 2006 dentro do prazo estipulado. As contribuições foram recolhidas dentro do prazo legal.

Trabalhista: Os processos trabalhistas avaliados pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perda possível referem-se a reclamações apresentadas por exempregados da Companhia relacionados a equiparação salarial, adicional de periculosidade e insalubridade, entre outros.

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Os depósitos judiciais para garantias de execução e depósitos recursais vinculados às provisões para riscos, estão classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

15. Fornecedores

A Companhia apresenta fornecedores do mercado interno e externo:

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante				
Fornecedores nacionais	13.591	12.168	13.706	12.354
Fornecedores internacionais	23	-	93	-
(-) Ajuste a valor presente	(55)	(44)	(55)	(44)
Total passivo circulante	13.559	12.124	13.743	12.310

A composição tanto em moeda estrangeira, quanto em reais brasileiros dos fornecedores internacionais é demonstrada abaixo:

Contro	ladora
31/12/2020	31/12/2019
\$4,36	0
R\$ 5,20	R\$ 4,03
R\$ 23	R\$ 0
R\$ 23	R\$ 0
Conso	olidado
31/12/2020	31/12/2019
\$4,36	0
R\$ 5,20	R\$ 4,03
R\$ 23	R\$ 0
€ 11	€ 0
R\$ 6,38	R\$ 4,53
R\$ 70	R\$ 0
R\$ 93	R\$ 0
	31/12/2020 \$4,36 R\$ 5,20 R\$ 23 Consc 31/12/2020 \$4,36 R\$ 5,20 R\$ 23 € 11 R\$ 6,38 R\$ 70

16. Programa de recuperação fiscal – PERT

Conforme divulgado ao mercado em 20 de novembro de 2017 através de fato relevante, a Companhia migrou do REFIS – Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei Federal nº 9.964/2000, para o PERT – Programa Especial de Regularização Tributária, criado pela Lei Federal nº 13.496/2017 pelo fato deste novo programa de parcelamento do Governo proporcionar melhores benefícios aos seus optantes.

Esta modalidade garantiu a Companhia redução de juros em 80%, multas na ordem de 50% e encargos legais reduzidos em sua totalidade. A amortização da dívida remanescente do PERT está ocorrendo através de guitação inicial de adesão no montante de R\$ 14.950, sendo

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

o saldo remanescente parcelado em 145 parcelas mensais atualizados pela SELIC + 1% (sobre a parcela).

Os débitos migrados do REFIS para o PERT são da esfera da Receita Federal do Brasil – RFB (IPI, PIS/Cofins e INSS) e débitos inscritos na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (IPI, INSS, IRPJ e PIS).

O passivo relativo ao PERT encontra-se abaixo destacado:

	Controladora				Consolidado		
	31/12/2019	Amortizações	Atualizações	31/12/2020	Saldo Modelação Kimze	31/12/2020	31/12/2019
PERT	20.082	(2.392)	2.471	20.161	-	20.161	20.083
Parcelamento do Simples Nacional	-	-	-	-	127	127	140
Parcelamento INSS	-	-	-	-	-	-	8
Parcelamento SENAI	-	-	-	-	-	-	-
Circulante Não circulante	1.975 18.107			2.449 17.712	13 114	2.462 17.826	1.996 18.235

No dia 31 de agosto de 2018 a RFB consolidou a parte dos débitos previdenciários (INSS) incluídos no PERT. No momento da adesão em novembro de 2017 a Companhia optou pela modalidade de pagamento em 5 parcelas sucessivas no total de R\$ 589 pagos em 2018. O saldo da dívida seria a compensação com tributos federais, mas a RFB não aceitou a compensação com créditos de PIS e COFINS, apesar de não haver qualquer ressalva na Lei neste sentido, o que motivou o ajuizamento do Mandado de Segurança n° 5011078-40.2018.4.04.7205, e enquanto pendente de julgamento, este débito foi parcelado em 145 meses. Caso seja deferido o Mandado de Segurança, a Companhia tem um saldo de créditos de R\$ 3.571 para realizar a compensação. Esta compensação será com impostos administrados pela RFB que fazem parte do saldo de tributos a recuperar.

No dia 13 de dezembro de 2018 a RFB consolidou o saldo do PERT de impostos não-previdenciários (Pis/Cofins/IPI) no valor de R\$ 2.302. Na adesão houve um pagamento de R\$ 294. O saldo de R\$ 2.008 foi compensado através de PERDCOMP (saldo credor Pis e Cofins) conforme previsto na legislação, e aguarda homologação.

A Companhia discute no âmbito judicial a inclusão indevida de supostos débitos a título de imposto de renda e contribuição social, não recolhidos nos exercícios de 1990 e 1991, sendo que esses exercícios não apresentaram lucro tributável. Tal discussão atualmente está em primeira instância, com os embargos à execução fiscal sendo recebidos com efeito suspensivo pela plausibilidade da tese levantada pela Companhia, com precedentes do STF e do TRF da 4a Região, sendo que está em discussão um valor de R\$ 2.000. Porém, tal questão de forma global envolve um montante de R\$ 3.190 em 31 de dezembro de 2019 pois, quando da exclusão do REFIS para adesão ao PERT, houve apropriação dos pagamentos realizados no âmbito do REFIS sobre tais débitos.

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, Companhia declarou parcelamento do Simples nacional, no montante de R\$ 127 da sua subsidiaria integral, a empresa Modelação Kimze.

17. Obrigações tributárias

	Control	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante				
IR/CS	1.512	1.377	1.647	2.513
IR/CS - Exclusão temporária*	23.818	21.022	23.818	21.022
Outras obrigações tributárias	33	211	289	1.684
Total passivo circulante	25.363	22.610	25.754	25.219
Passivo não circulante				
Outras obrigações tributárias	-	-	1.917	-
Total passivo não circulante	-	-	1.917	

(*) Conforme mencionado na Nota Explicativa 16, em 20 de novembro de 2017 a Companhia migrou suas obrigações tributárias anteriormente incluídas no REFIS — Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei Federal nº 9.964/2000, para o PERT — Programa Especial de Regularização Tributária. Essa migração proporcionou à Companhia uma redução de multa e juros, em razão das melhores condições do novo programa aos seus optantes.

Em consonância com as orientações de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou contabilmente o passivo decorrente do imposto de renda e contribuição social equivalente aos ganhos auferidos naquela oportunidade, em razão de que esses ganhos somente serão materializados quando a Companhia cumprir todas as regras do PERT e quitar as obrigações do programa em sua totalidade. Dessa forma, quando os ganhos efetivamente se materializarem, a Administração da Companhia irá efetuar o pagamento desse passivo.

18. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Salários e Ordenados	2.825	2.729	2.865	2.926
Gratificações – PPR (1)	1.305	1.782	1.305	1.782
Honorários	227	227	227	227
Encargos sobre folha de pagamento	2.279	2.413	2.324	2.413
Provisão férias + encargos	8.002	8.631	8.140	8.631
Outras provisões	1.952	828	1.963	827
Total	16.590	16.610	16.824	16.806

⁽¹⁾ PPR - Programa de Participação nos Resultados para todos os empregados, devidamente consensado e homologado pelo sindicato da categoria. O programa é estabelecido por regras de atingimento de metas préestabelecidas. O pagamento se dá duas vezes: agosto e fevereiro de cada ano.

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuições social

A Companhia apurou o imposto de renda e a contribuição social a pagar de acordo com o regime do 'lucro real trimestral'. Neste regime, o lucro operacional tributável é ajustado por adições ou exclusões de acordo com a legislação vigente.

O imposto de renda corrente é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro fiscal (lucro contábil deduzido de exclusões e adições previstas na legislação brasileira) tributável, acrescido do adicional de 10%. A contribuição social corrente é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro fiscal (lucro contábil deduzido de exclusões e adições previstas na legislação brasileira) tributável. Consequentemente, representam uma taxa de 34% para 31 de dezembro de 2020 e 2019.

a) Impostos diferidos:

A Companhia registra imposto de renda e contribuição social diferidos como abaixo demonstrado:

nonstrado.	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reclassificação)
Crédito tributário ativo		
Diferenças temporárias	(4.723)	(4.033)
Prejuízo fiscal e base negativa (1)	(5.137)	(8.850)
	(9.860)	(12.883)
Crédito tributário passivo	, ,	
Valor justo do ativo imobilizado (custo atribuído - CPC 27)	15.025	16.553
	15.025	16.553
Passivo líquido não circulante	5.165	3.670
	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reclassificação)
Crédito tributário ativo		
Diferenças temporárias	(4.722)	(4.033)
Prejuízo fiscal e base negativa(1)	(5.137)	(8.850)
	(9.859)	(12.883)
CPC 27 – adoção inicial – valor justo/mais valia – custo atribuído do ativo imobilizado próprio na controladora	15.025	16.553
CPC 27 – adoção inicial – valor justo/mais valia – custo atribuído do ativo imobilizado de controladas de controle		
integral – Adm de Bens Altona	1.146	1.080
	16.171	17.634
Passivo líquido não circulante	6.312	4.750

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto de renda diferido sobre adições temporárias e prejuízos fiscais:

Os créditos e débitos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social foram apurados e estão apresentados pelo seu valor líquido no passivo.

Os efeitos oriundos da "mais valia" do ativo imobilizado da Companhia ocorrido no ano de 2010 conforme facultado pela adoção inicial da Lei 11.638 e CPC 27 – Ativo Imobilizado estão sendo tributados conforme a sua realização mediante a depreciação.

Prazo estimado de realização:

(1) Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia acumula prejuízos fiscais num total de R\$ 14.579 (R\$ 25.559 em 31 de dezembro de 2019) e base negativa de contribuição social em um total de R\$ 16.614 (R\$ 27.340 em 31/12/2019), os quais geraram os créditos tributários de IR diferido de R\$ 3.645 (R\$ 6.391 em 31 de dezembro de 2019) e CS diferido de R\$ 1.495 (R\$ 2.460 em 31 de dezembro de 2019).

A realização destes créditos encontra-se suportada conforme orçamento aprovado pelo conselho administrativo para o ano de 2021 e pela projeção de resultado para o ano de 2022, ambas fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis. A expectativa da Administração é de que esses créditos tributários diferidos sejam realizados no seguinte cronograma:

	Estimativa compensação					
Ano	Controladora e Consolidado					
2021	2.517					
2022	2.620					
Total	5.137					

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	30.333	18.609	30.469	19.452	
IR/CS a alíquota nominal de 34%	(10.313)	(6.327)	(10.359)	(6.614)	
Adições e exclusões permanentes	4.857	4.682	4.857	4.127	
Adições e exclusões temporárias	(760)	443	(760)	442	
Ajustes de exercícios anteriores	1.125	(557)	1.035	(557)	
IR/CS apurado	(5.091)	(1.759)	(5.227)	(2.602)	
Tributos correntes	(5.348)	-	(5.484)	(843)	
Tributos diferidos	257	(1.759)	257	(1.759)	
	(5.091)	(1.759)	(5.227)	(2.602)	
Alíquota fiscal efetiva:	-16,78%	-9,45%	-17,15%	-13,37%	

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

20. Outras Contas a Pagar

J	Controladora Circulante		Conso Circu	lidado ılante
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante				
Cartas de Consorcio	2.131	455	2.131	455
Representantes (1)	11.246	10.187	11.246	10.394
Operações com partes relacionadas (2) (NE 22.c)	571	207	-	-
Outras (3)	715	1.737	4.304	1.733
Total passivo circulante	14.663	12.586	17.681	12.582
Passivo não circulante				
Cartas de Consorcio	8.251	1.373	8.251	1.374
Operações com partes relacionadas	189	529	-	-
Outras obrigações parceladas	5.978	6.032	5.979	6.559
Outras (3)	2.080	3.007	5.505	2.479
Total passivo não circulante	16.498	10.941	19.735	10.412
Total	31.161	23.527	37.416	22.994

- (1) No grupo de representantes o valor de maior relevância são as provisões de indenizações, que já foram objetos de acordo e estão em fase de pagamento.
- (2) Foi reconhecido no grupo de outras contas a pagar do passivo não circulante, no ato da compra da empresa Modelação Kimze, o Patrimônio Líquido negativo de R\$ 651. Atualmente é registrado pelo valor de R\$ 189, após os lançamentos de equivalência patrimonial atual e de exercícios anteriores. Em relação ao período anterior houve uma recuperação de R\$ 340, demonstrando que os constantes bons resultados da empresa Modelação Kimze estão mitigando este passivo.
- (3) No grupo classificado como "Outras", foi reconhecido no ano de 2020, na coluna dos valores consolidados, os valores a pagar referente a aquisição de terreno na cidade de Gaspar, estado de Santa Catarina. O valor de aquisição foi de R\$ 10.600 e foi devidamente classificado no curto e longo prazo, conforme programação de pagamento definida em contrato.

Na conta "outras obrigações parceladas", o maior valor se refere a parcelamento tributário. A Companhia possui cartas de crédito de consórcios, as quais estão classificadas no grupo de Outras Contas a Pagar, o saldo total destas cartas perfaz o montante de R\$ 2.131 a curto prazo e R\$ 8.251 a longo prazo. Parte do montante diz respeito a cartas já contempladas e usadas na compra de automóveis e equipamentos. A diretoria definirá o direcionamento dos recursos dos contratos ainda não contemplados, que poderão ser usados na redução de endividamento ou aquisições de imobilizados.

a) Cotas de consórcio não contemplados:

As cotas de consórcios não contemplados são registradas no ativo não circulante. Quando ocorre a contemplação, seja por sorteio ou por lance, seus valores são transferidos para o grupo de imobilizado, em conta transitória até que ocorra o registro do bem adquirido por meio da carta contemplada.

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido

a) Capital social:

O capital social poderá ser aumentado nos termos do Artigo n.º 168 da Lei 6.404/76, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite de R\$ 100.000 ou até o limite de 30.000 milhões de ações ordinárias e preferenciais. No exercício de 2020 ocorreu aumento de capital social no montante de R\$ 7.508, proveniente do lucro líquido do exercício de 2019 e integralizado conforme destinação em AGO realizada em 28 de maio de 2020.

b) Reservas

i.Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final do exercício após a dedução das participações, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Saldo R\$ 4.855 em 31 de dezembro 2020.

ii.Participação estatutária dos administradores

Do lucro que remanescer será atribuído uma participação aos administradores de 10%, calculada na forma prevista no artigo 190 da Lei 6.404, a qual somente farão jus se pago o dividendo mínimo obrigatório. Para fins de demonstração financeira, este valor já está deduzido do resultado do exercício como "Participações" após a linha do Imposto de Renda.

iii.<u>Lucros a distribuir</u>

Para 2020, o saldo remanescente de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 15.471, foi alocado à reserva de lucros a distribuir. A destinação final de tal valor será decidida em Assembleia de Acionistas a ser realizada em Abril de 2021.

c) Destinação do lucro:

A decomposição das reservas, destinações e lucros a distribuir segue abaixo:

Participação e reservas

	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	25.242
Participação dos administradores (10%)	(2.524)
Base da Reserva Legal	22.718
Reserva legal (5%)	1.136

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Lucro Remanescente para Destinação

	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	25.242
(+) Ajuste de Avaliação Patrimonial	2.892
(-) Subvenção governamental - fiscal	(2.884)
(-) Participações dos Administradores	(2.524)
(-) Reserva legal	(1.136)
Lucro após as destinações obrigatórias	21.590
Dividendos parte reservas de lucros	500
Dividendos/JSCP calculados após destinações	6.119
(-) Dividendos/JSCP propostos (30,66%)	6.619
Lucros a Destinar	15.471
Sendo:	
Reservas para subvenções	2.884
Saldo a ser destinado em AGO	12.587

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. Conforme item 4.2.2 do relatório da proposta da Administração a ser aprovado em AGO no mês de Abril de 2021, o montante de dividendos somados ao JSCP, será de R\$ 6.619.

d) Outros resultados abrangentes:

É a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um exercício que resulta de transações e outros eventos que não derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários, composto neste momento pelas variações decorrentes de conversão das demonstrações contábeis de controladas no exterior.

e) Resultado por Ação:

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Controla Consol		Controladora e Consolidado		
	4T2020	4T2019	31/12/2020	31/12/2019	
Lucro líquido (prejuízo) do período atribuído aos acionistas da Companhia					
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas preferencialistas	3.519	1.008	14.891	9.940	
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas ordinaristas	2.447	701	10.351	6.910	
	5.966	1.709	25.242	16.850	
Média ponderada de ações preferencialistas	12.750.000	12.750.000	12.750.000	12.750.000	
Média ponderada de ações ordinaristas	9.750.000	9.750.000	9.750.000	9.750.000	
	22.500.000	22.500.000	22.500.000	22.500.000	
Resultado básico e diluído por ação					
Ação preferencial	0,2760	0,0791	1,1679	0,7796	
Ação ordinária	0,2509	0,0719	1,0617	0,7088	

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

As ações preferenciais não gozarão de direito de voto, respeitadas, no entanto, as disposições de lei. As ações preferenciais terão: a) direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, pelo menos 10% (dez por cento) maior que o atribuído a cada ação ordinária; b) preferência, em caso de liquidação da sociedade, no reembolso do capital social; c) se a Companhia deixar transcorrer três exercícios consecutivos sem a distribuição dos dividendos acima, as ações preferenciais adquirirão o direito de voto, direito esse que perderão quando forem distribuídos dividendos.

22. Partes relacionadas

As transações comerciais e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre partes relacionadas e remuneração da Administração foram realizadas conforme segue.

a) Garantias:

Em garantia aos empréstimos bancários firmados pela Companhia até 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, que estão sendo amortizados regularmente em seus vencimentos, foram dados máquinas, equipamentos e avais. A Companhia mantém com a Companhia Werner S/A e a empresa Bellevue Participações Societárias Ltda, a prestação de fianças/avais. Para fins de remuneração sobre os contratos outras avenças existe um limite até de R\$ 60 milhões, porém no caso da empresa Bellevue Participações Societárias Ltda esta poderá avalizar contratos até o limite de 80 milhões, sem remuneração do que exceder R\$ 60 milhões. Em 31 de dezembro de 2020, o montante de operações contratadas pela Companhia, garantido pelas avalistas/fiadoras, é de R\$ 94 milhões (R\$ 80 milhões em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia já pagou aos avalistas/fiadoras, a título de remuneração, a importância de R\$ 618 (R\$ 611 em 31 de dezembro de 2019), registrado na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais".

b) Remuneração da administração:

A administração da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e três Conselheiros e uma Diretoria Estatutária composta de um Diretor-Presidente e de Relações com Investidores e um outro Diretor. Os membros da Administração fizeram jus à remuneração de R\$ 3.706 e seus respectivos encargos previdenciários de R\$ 826 por seus serviços, correspondendo o montante total com encargos de R\$ 4.532 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 4.763 em 31 de dezembro de 2019).

Os Diretores recebem benefícios corporativos adicionais tais como: assistência médica e odontológica, seguro de vida, complementação de benefícios previdenciários (plano de previdência privado de curto prazo), dentre outros. A Companhia não pagou a suas pessoas chave da administração, remuneração em outras categorias de: a) benefícios

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

> de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e c) benefícios de pósemprego.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

c) <u>Transação entre partes relacionadas:</u>

i. Saldos a receber e a pagar decorrentes de transações com empresas controladas:

	Controladora					
	Contas a receber					
	31/12/2020 31/12/201					
Administração de bens	_	-				
Modelação Kimze	-	244				
Altona Europa		_				
	-	244				

No grupo de outras contas a pagar do passivo circulante, no subgrupo em que estão alocados os valores pagos a representantes nacionais e internacionais, encontram-se os valores a pagar à Altona Europa.

	Controladora					
	Contas a pagar					
	31/12/2020 31/12/2019					
Administração de bens	-	-				
Modelação Kimze	-	15				
Altona Europa	571	207				
571						

ii. Transações de compra e venda de produtos/serviços com empresas controladas no período:

	Produte	Venda de os/Serviços	Compra d Produtos/Serviço		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Administração de bens	-	-	-	-	
Modelação Kimze	-	-	2.707	799	
Altona Europa			989		
	-	-	3.696	799	

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Os efeitos das movimentações entre as empresas coligadas não referenciam nas demonstrações da Companhia, pelo fato da eliminação na consolidação.

23. Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro 2019, apresentando os seguintes valores contábeis e de mercado:

	Controladora				Consolidado			
	Valor Contábil Valor de 31/12/2020 31/12/2019 31/12/2020		Valor de Mercado		Valor Contábil		Valor de Mercado	
			31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Caixa e equivalentes de caixa	19.942	3.811	19.942	3.811	21.563	4.985	21.563	4.985
Aplicações financeiras	3.022	3.901	3.022	3.901	3.022	3.928	3.022	3.928
Contas a receber de clientes	63.343	65.745	62.799	64.767	95.202	102.119	90.786	101.141
Fornecedores	13.614	12.168	13.559	12.124	13.797	12.354	13.743	12.310
Financiamentos e empréstimos	93.340	87.648	93.340	87.648	93.340	87.648	93.340	87.648

Os fatores de risco dos instrumentos financeiros basicamente estão relacionados com:

a) Riscos financeiros:

Riscos de moeda estrangeira: Para atenuar riscos cambiais, a Companhia monitora a exposição financeira, procurando equilibrar os seus ativos e passivos financeiros dentro de limites estabelecidos pela Administração.

Riscos de encargos da dívida: Estes riscos são oriundos da possibilidade de a Companhia vir incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

b) Riscos operacionais:

Risco de crédito: Advém de a possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por aplicações financeiras. Para atenuar o risco decorrente das operações de vendas, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecem um limite de crédito e acompanha permanentemente o seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco.

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

c) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio dos ACCs e ACEs

Operação	Risco	31/12/2020	31/12/2020	Queda 50%	Queda 25%	Cenário	Aumento	Aumento
Operação	Kisco	Valor R\$	Valor U\$D	Queua 50 %	Queua 25 /6	Provável	25%	50%
ACC + ACE	TX + USD	(28.153)	(5.418)	13.524	6.210	(1.105)	(8.419)	(15.734)
ACC + ACE	TX + EU	(1.612)	(310)	604	100	(405)	(909)	(1.413)
		(29.765)	(5.728)	14.128	6.310	(1.510)	(9.328)	(17.147)
Indexador	USD			2,70	4,05	5,40	6,75	8,10
	EURO			3,25	4,88	6,50	8,13	9,75
	TAXA			2,25	3,38	4,50	5,63	6,75

Os contratos com juros pré-fixados não foram considerados nesta análise.

d) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros das aplicações - Consolidado

Operação	Risco	31/12/2020	Queda 50%	Queda 25%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Aplicações financeiras	CDI	3.022	30	45	60	76	91
Caixa e Equivalentes	-	21.563	-	-	-	-	-
		24.585	30	45	60	76	91
Indexador	CDI		1,00	1,50	2,00	2,50	3,00

e) Análise de sensibilidade de variações no câmbio do contas a receber em moeda estrangeira – Consolidado

Moeda	Risco	31/12/2020	31/12/2020	Queda 50%	Queda 25%	Cenário	Aumento 25%	Aumento 50%
Dólar	Variação	39.910	7.680	(19.955)	(9.977)	175.601	9.977	19.955
Dólar Canadense	Variação	543	133	(272)	(136)	1.684	136	272
Euro	Variação	14.017	2.199	(7.008)	(3.504)	77.094	3.504	7.008
		54.470	10.012	(27.235)	(13.617)	254.379	13.617	27.235
		USD	5,20	2,60	3,90	5,40	6,50	7,79
		Euro	6,38	3,19	4,78	6,50	7,97	9,56
		CAD	4,08	2,04	3,06	4,10	5,09	6,11

24. Receita líquida

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	4T2020	4T2019	31/12/2020	31/12/2019	4T2020	4T2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta	68.350	74.987	274.526	282.582	68.966	75.164	275.237	328.030
Impostos	(3.736)	(2.387)	(14.223)	(16.892)	(3.776)	(3.193)	(14.352)	(19.348)
Devoluções e abatimentos	(1.656)	(4.128)	(6.683)	(6.135)	(1.659)	(4.128)	(6.687)	(6.135)
Ajuste a valor presente - AVP	(549)	(948)	(2.427)	(3.353)	(547)	(948)	(2.427)	(3.353)
Receita operacional líquida	62.409	67.524	251.193	256.202	62.984	66.895	251.771	299.194

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

25. Despesas por natureza

	Controladora		Contro	ladora	Conso	lidado	Consolidado	
Custo	4T2020	4T2019	31/12/2020	31/12/2019	4T2020	4T2019	31/12/2020	31/12/2019
Insumos diretos	(18.222)	(18.050)	(69.008)	(69.711)	(18.240)	(18.050)	(68.572)	(69.710)
Materiais indiretos	(2.664)	(3.346)	(11.407)	(10.818)	(2.671)	(3.345)	(11.511)	(10.817)
Custos com pessoal	(16.261)	(21.174)	(69.790)	(80.213)	(16.453)	(21.174)	(70.061)	(80.213)
Serviços de terceiros	(2.289)	(1.780)	(9.033)	(7.000)	(2.344)	(2.128)	(9.064)	(8.207)
Outras despesas	(7.867)	(9.086)	(28.691)	(32.676)	(7.883)	(8.239)	(28.520)	(30.533)
Custo venda de terrenos	_	-	-	-	(323)	(453)	(323)	(35.032)
Total dos custos	(47.303)	(53.436)	(187.929)	(200.418)	(47.914)	(53.389)	(188.051)	(234.512)
Despesas com vendas	4T2020	4T2019	31/12/2020	31/12/2019	4T2020	4T2019	31/12/2020	31/12/2020
Comissões	(744)	(1.878)	(3.791)	(6.581)	(433)	(1.878)	(2.801)	(6.580)
Fretes	(849)	(558)	(3.577)	(1.882)	(849)	(558)	(3.577)	(1.882)
Materiais	(12)	(21)	(58)	(75)	(12)	(21)	(58)	(75)
Mão de obra	(864)	(1.166)	(3.568)	(3.606)	(864)	(1.239)	(3.568)	(3.679)
Serviços de terceiros	(146)	` (137)	(696)	` (425)	(146)	` (137)	(696)	(425)
Outras despesas	(1.257)	(1.490)	(6.238)	(3.187)	(1.273)	(1.489)	(6.308)	(3.187)
Total das despesas com vendas	(3.872)	(5.250)	(17.928)	(15.756)	(3.577)	(5.322)	(17.008)	(15.828)
Despesas administrativas	4T2020	4T2019	31/12/2020	31/12/2019	4T2020	4T2019	31/12/2020	31/12/2020
Materiais	(147)	(124)	(737)	(384)	(159)	(124)	(749)	(384)
Mão de obra	(2.416)	(1.403)	(8.322)	(5.787)	(2.782)	(1.404)	(9.488)	(5.787)
Honorários com encargos	(1.203)	(1.190)	(4.532)	(4.763)	(1.203)	(1.190)	(4.532)	(4.763)
Serviços de terceiros	(822)	(1.260)	(3.491)	(3.176)	(850)	(1.326)	(3.594)	(3.416)
Outras despesas	(1.300)	(1.609)	(4.910)	(4.968)	(1.454)	(970)	(5.551)	(6.351)
Total das despesas administrativas	(5.888)	(5.586)	(21.992)	(19.078)	(6.448)	(5.014)	(23.914)	(20.701)

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	4T2020	4T2019	31/12/2020	31/12/2019	4T2020	4T2019	31/12/2020	31/12/2019
Outras receitas								
Despesas recuperadas	90	653	5.492	687	90	653	5.492	687
Cessão Montantes Energia Elétrica	-	-	-	54	-	-	-	54
Outras receitas	509	297	1.625	2.285	3.647	337	4.764	2.370
Ganhos de capital - Imobilizado	26	-	7.417	-	26	-	7.417	-
	625	950	14.534	3.026	3.763	990	17.673	3.111
Outras despesas								
Contratos de aval e fiança	(162)	(22)	(618)	(611)	(162)	(22)	(618)	(611)
Outras despesas	(165)	(1.400)	(4.563)	(3.560)	(166)	(1.406)	(4.569)	(3.579)
Baixa de capital - Imobilizado	(65)	(1)	(3.269)	(14)	(65)	<u> </u>	(3.269)	<u> </u>
	(392)	(1.423)	(8.450)	(4.185)	(393)	(1.428)	(8.456)	(4.190)
Despesas financeiras, líquidas	233	(473)	6.084	(1.159)	3.370	(438)	9.217	(1.079)

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

As principais movimentações reconhecidas à rubrica de outras receitas e despesas referemse a:

- a) Para o 4T2020, na rubrica outras receitas, os valores de maior relevância dizem respeito ao efeito da valorização do preço negociado em bolsa das ações da Eletrobras para a controladora. No consolidado houve o reconhecimento do valor de reavaliação de terrenos disponíveis para venda, efetuado pela empresa Colliers Internacional, na subsidiária Integral Administradora de Bens Altona. Para todo o período de 2020 a maior relevância diz respeito ao deferimento do crédito de impostos referentes ao processo de exclusão de ICMS da base de cálculo de PIS e da Cofins. O efeito líquido, demonstrado acima, foi de R\$ 3,5 milhões, na conta despesas recuperadas. Adicionalmente ao processo, foi reconhecido no grupo de receitas financeiras R\$ 10,3 milhões referente correção monetária dos créditos. (vide demonstrativo na nota de resultado financeiro).
- b) Para o 4T2020, na rubrica outras despesas, o valor de maior relevância foi o resultado da provisão de honorários advocatícios referente ao processo judicial envolvendo a Eletrobras e que são vinculados à variação do preço negociado em bolsa de suas ações. Para todo o período de 2020, os valores de maior relevância são compostos pelos efeitos sobre o IR/CS diferido referente ao PERT e as baixas relativas às vendas dos terrenos.

27. Receitas (despesas) financeiras

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	4T2020	4T2019	31/12/2020	31/12/2019	4T2020	4T2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras								
Rendimentos de aplicações financeiras	184	226	560	422	185	226	560	422
Ajustes a valor presente - AVP	657	1.007	2.442	3.056	656	1.097	2.442	3.387
Outras receitas	150	560	10.965	1.019	234	659	11.351	1.250
Total	991	1.793	13.967	4.497	1.075	1.982	14.353	5.059
Despesas financeiras			'		'			
Encargos	(2.374)	(2.190)	(9.364)	(9.747)	(2.370)	(652)	(9.382)	(9.807)
Juros incorridos Impostos	(342)	(461)	(3.814)	(1.485)	(343)	(412)	(3.814)	(1.484)
Variação cambial passiva	(226)	(341)	(2.689)	(1.390)	(239)	(1.987)	(2.703)	(1.390)
Total	(2.942)	(2.992)	(15.867)	(12.622)	(2.952)	(3.051)	(15.899)	(12.681)
Despesas financeiras, líquidas	(1.951)	(1.199)	(1.900)	(8.125)	(1.877)	(1.069)	(1.546)	(7.622)

Para o 4T2020, os valores de maior relevância também foram os efeitos da atualização monetária do valor referente ao crédito de imposto levantado no processo de exclusão de ICMS da base de cálculo de PIS e da Cofins, corresponde a R\$ 10,3 milhões alocados no grupo de receitas financeiras/outras receitas.

Nas Despesas financeiras, demonstramos os efeitos líquidos da variação cambial passiva, bem como o reconhecimento de atualizações monetárias incorridas no IR/CS diferido referente aos efeitos do PERT.

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

28. Informações por segmento

A Companhia atua em apenas um segmento operacional definido como metalúrgico, produzindo e comercializando fundidos de aço. As ferramentas que a Administração utiliza para avaliar o desempenho da única atividade que atua para fins operacionais, gerenciais, comerciais ou administrativos são submetidas às seguintes premissas:

- a) As linhas de produção operam separadamente nas categorias de produtos que são fabricadas, a saber, (Repetitivos e Produtos Sob Encomenda); e
- b) Na planta fabril, há algumas divisões que separam estas categorias nas linhas de produção e outras não, e por isto a administração gerencia o resultado do negócio de forma única.

A Administração segrega para análise a receita de dois clientes do segmento denominado repetitivo, os quais representam, individualmente, mais de 10% do total da receita líquida, localizado no mercado nacional e internacional, mais especificamente na América do Norte. Informação da receita líquida controladora – distribuição geográfica:

	Fundidos de	Aço – Acumul	ado 2020	Fundidos de Aço – Acumulado 2019			
	Repetitivos _ Sob .			Repetitivos	Sob		
	Repetitivos	Encomenda	Total	Repetitivos	Encomenda	Total	
Nacional	67.532	20.451	87.983	93.109	22.201	115.310	
América Latina	-	7.805	7.805	-	3.490	3.490	
América do Norte	73.023	58.812	131.835	61.300	63.464	124.764	
Europa, Ásia e África	1.239	22.331	23.570	189	12.449	12.638	
Total	141.794	109.399	251.193	154.598	101.604	256.202	

29. Cobertura de seguros

A Companhia possui cobertura de seguros para valores monetários relevantes em riscos diversos, como responsabilidade civil, lucros cessantes e demais coberturas, como abaixo demonstrado:

Ativos, responsabilidades ou interesses cobertos	Modalidade	Importância Segurada (mil)	Vigência até
Responsabilidade civil administradores - D&O	Danos financeiros involuntários causados por administradores	5.000	abril-21
Riscos diversos a máquinas e equipamentos portáteis	Roubo/quebra de máquinas e equipamentos portáteis	500	maio-21
Vida colaboradores	Indeniza morte, acidente ou invalidez de colaboradores	Até 215 por colaborador	outubro-21
Transporte internacional importação	Seguro de transporte ref. importação de mercadorias	Conforme valor NFs/Faturas/Invs.	agosto-21
Responsabilidade civil geral	Danos involuntários físicos às pessoas e/ou danos materiais e morais causados a terceiros	20.000	agosto-21
Instalações fabris, administrativas e centros de distribuição	Incêndio, danos materiais a edificações, instalações, máquinas e equipamentos	94.000	maio-21
Lucro cessantes	Perda de receita decorrente de acidentes	112.000	maio-21
Veículos	Roubo, colisão, morte/invalidez de passageiros	735	setembro-21
Responsabilidade civil ambiental	Danos Involuntários causados ao meio ambiente	3.000	agosto-21
Seguro garantia - Setor público	Parcelamento Administrativo fiscal	2.800	agosto-21
Seguro garantia - Setor público	Débito em discussão - Execução fiscal	1.819	janeiro-25

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

30. Eventos subsequentes

Foi efetivada a compra da empresa "Indústria Magayver" domiciliada no município de Gaspar, que tem como objeto principal a fabricação de embalagens de madeira, comumente usados para o envio de peças e objetos fabricados pela Electro Aço Altona. A compra tem como objetivo melhorar a sinergia do negócio, bem como visa a redução de custo. A aquisição foi efetuada pelo valor de R\$ 1.650.

As negociações ocorreram durante o final do ano de 2020 e a "Indústria Magayver" passa a ser subsidiária integral da Electro Aço Altona a partir de Janeiro de 2021. Seus resultados serão demonstrados e consolidados a partir do 1T2021.

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Atendendo ao que determina o Capítulo V do Estatuto Social, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da ELECTRO AÇO ALTONA S.A., para apreciação dos relatórios das Contas da Diretoria, expresso pelo Balanço Patrimonial e demais Informações Financeiras Anuais, referente ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020. Após analisados e discutidos todos os pormenores, aprovaram-nos na sua íntegra e manifestaram-se favoravelmente quanto à sua aprovação no dia 25 de março de 2021.

Carmen Vetter Werner Presidente Valmir Osni de Espíndola Vice-Presidente Fernando Vetter Conselheiro Débora de Souza Morsch Conselheira

Luiz Fernando Werner

Conselheiro

Notas explicativas às informações contábeis finais individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis intermediárias individuais e consolidadas e relatório de revisão especial dos auditores independentes.

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria executiva da Altona S.A., declara que:

- (i) Revisou, discutiu e concordou com as informações financeiras anuais da Companhia do período encerrado em 31/12/2020; e
- (ii) Revisou, discutiu e concordam com revisão expressa no relatório de revisão especial da BDO RCS Auditores Independentes, relativamente às informações financeiras anuais da Companhia do período encerrado em 31/12/2020.

Blumenau, 25 de março de 2021.

Cacídio Girardi

Diretor Presidente/Relação com Investidor

Eduardo Vetter

Diretor Executivo de Expansão

Cleber Roberto Pisetta

Contador CRC-SC 025.984/O-7